



CONVENÇÕES EM MOVIMENTO: SEPARAÇÕES E ARTICULAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE ENTRE LGBT

Regina Facchini¹

Este *paper*² tem por objetivo colaborar para a compreensão de mudanças recentes nas convenções sociais acerca de gênero e sexualidade no Brasil. Para tanto, parte da análise dos processos pelos quais gênero e sexualidade são articulados entre homens e mulheres que têm relações afetivo-sexuais com pessoas “do mesmo sexo”, bem como da inserção diferenciada de *homens e mulheres trans* nas políticas públicas brasileiras. O material analisado provém de uma série de pesquisas recentes realizadas na cidade de São Paulo.

A categoria *homossexualismo* emerge no discurso científico no século XIX inicialmente como um *terceiro sexo*. Ao longo do século XX assistimos um processo de separação entre gênero e sexualidade com a criação das categorias *travestismo*, *transexualismo* e um processo de despatologização da homossexualidade. No entanto, diversos autores têm apontado que a “visão da heterossexualidade como característica distintiva de gênero, que aproxima, de um lado, o homem homossexual às mulheres heterossexuais e, do outro, as mulheres homossexuais aos homens heterossexuais” (Nucci; Russo, 2009: 127) está presente tanto no diagnóstico da “verdadeira transexualidade” e nos processos biomédicos de manutenção do dimorfismo “natural” dos gêneros (Zambrano, 2003; Bento, 2006) quanto na literatura biomédica sobre a homossexualidade (Nucci; Russo, 1999).

Nos últimos 30 anos, acompanhamos no Brasil o desenvolvimento de um movimento social que se apropria inicialmente da categoria *homossexual* a fim de inverter os sentidos patologizantes e estigmatizantes a ela associados. Em meados da década de 1990, este movimento passa a lançar mão de outras categorias presentes no discurso biomédico, como as de *travestismo* e *transexualismo*, a fim de afirmar *travestis* e *transexuais* como sujeitos de direitos. Desse modo, chegamos ao movimento LGBT (de *lésbicas*, *gays*, *bissexuais*, *travestis* e *transexuais*) contemporâneo e à sua distinção entre direitos relacionados à *orientação sexual* e à *identidade de*

1 Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu e professora colaboradora do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Unicamp. Contato: rfacchini@uol.com.br .

2 Adota-se como convenção neste paper que todas as categorias êmicas, sejam oriundas do vocabulário do movimento, das políticas públicas ou de gays, lésbicas, bissexuais, travestis ou transexuais entrevistados para pesquisas específicas, serão grafadas em itálico. As aspas são reservadas para citações, conceitos e categorias aproximativas utilizadas pela autora. Todos os nomes utilizados são fictícios. As pesquisas que realizei entre 2003 e 2010 e deram origem a este trabalho contaram com o imprescindível apoio do CNPq.



gênero, de modo que a primeira categoria esteja associada aos direitos de *gays*, *lésbicas* e *bissexuais* e a segunda aos direitos de *travestis* e *transexuais* (Facchini, 2005 e 2008).

Tal qual assinala Peter Fry (1982), o nascente movimento homossexual brasileiro de final dos anos 1970 aproximava-se do discurso médico e psiquiátrico da época, que estava em meio ao processo de despatologização da homossexualidade, e separava gênero e sexualidade, ao tomar como base para a classificação da sexualidade o “sexo biológico” do objeto de desejo, em detrimento dos atributos de gênero e do comportamento sexual ativo ou passivo no ato sexual. No entanto, o que a literatura relacionada à transexualidade e aos discursos biomédicos em torno da homossexualidade mostram atualmente é que tal discurso médico também não é unívoco, de modo que: 1) o “tratamento cirúrgico” dos “transtornos de identidade de gênero” implica uma “repatologização da homossexualidade” e 2) a relação entre homossexualidade e performances de gênero ambíguas ainda está presente tanto nos processos de diagnóstico da “verdadeira transexualidade”, diretamente relacionada à heterossexualidade (Bento, 2006), quanto em artigos científicos biomédicos sobre fatores envolvidos no “comportamento homossexual” (Nucci; Russo, 2009).

Transexualidade e políticas públicas: inclusões e exclusões

Após pouco mais de dez anos de surgimento no cenário público brasileiro, a *transexualidade* emerge como objeto relevante de discursos científicos no campo psicológico, biomédico, do direito e das ciências sociais e como importante fonte de investimentos políticos e de disputas no movimento LGBT e na agenda política estatal. São marcos iniciais nesse processo: 1) a aprovação, pelo Conselho Federal de Medicina via resolução nº 1.842/1997, das cirurgias de transgenitalização em caráter experimental e 2) o aparecimento das primeiras ativistas classificadas como *transexuais* nos encontros nacionais do movimento LGBT no mesmo ano (Facchini, 2005).

O recente interesse pelo tema tem implicado um adensamento do campo em torno do processo político de demanda de direitos relacionados à questão da transexualidade no Brasil. Atores estatais no campo da justiça e da medicina, conselhos profissionais, ativistas e “especialistas” de várias áreas do conhecimento, além de frequentadores de programas e de grupos ativistas voltados para a temática compõem este campo.

À Resolução nº 1.842/1997 do Conselho Federal de Medicina, segue-se, em 2001, Ação do Ministério Público Federal pela inclusão dos procedimentos de transgenitalização na Resolução na tabela de procedimentos do SUS. Em 2002, a Resolução nº 1.652/2002 do CFM, revoga a anterior



retirando o caráter experimental da neoculpevoloplastia (transgenitalização de homem para mulher). Em 2005, após o I Encontro Nacional de Transexuais, realizado em paralelo ao XII EBGLT e a criação do Coletivo Nacional de Transexuais, representantes transexuais são convidadas/os para compor o Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, incorporando o desdobramento da categoria *transgêneros* nas categorias *travesti* e *transexual* nas deliberações do movimento social, a fim de efetivar as políticas de saúde do Programa Brasil Sem Homofobia. O encontro desses ativistas com técnicos e pesquisadores nas áreas das ciências biomédicas e humanas interessados no tema resulta no debate em torno do Processo Transexualizador no SUS:

A inclusão da perspectiva de processo foi estrategicamente adotada para superar a restrição da compreensão da atenção à saúde de transexuais, centrada até então no evento cirúrgico. Ainda, as discussões nesta reunião específica do Comitê Técnico, que contou com a participação de lideranças do movimento social (tanto de mulheres transexuais quanto de homens transexuais) e de profissionais e pesquisadores que atuam na atenção à saúde dessa população, priorizaram a problematização do caráter psicopatológico da transexualidade e evidenciaram a própria patologização como fator de sofrimento e agravo à saúde, questionando a centralidade das medidas médico-cirúrgicas na atenção a transexuais. A reunião sobre o Processo Transexualizador no SUS, portanto, enfatizou a necessária despatologização da transexualidade como estratégia de promoção da saúde, e afirmou a pluralidade na transexualidade, considerando que a autonomia da pessoa transexual na tomada de decisão sobre as medidas necessárias a uma melhor qualidade de vida seria fundamental para que a atenção à saúde não dispusesse novos mecanismos de controle e normatização sobre as condutas e modos de vida e de subjetivação. As cirurgias, portanto, passaram a ser compreendidas como parte ou não do Processo Transexualizador, e a discussão superou o viés medicalizador e correccional para o foco na garantia do direito à saúde integral. (Lionço, 2009: 51)

Segundo Flavia Teixeira (2009), houve um intenso processo de disputa entre saberes médicos e de outros campos de conhecimento durante o processo que levou à publicação da Portaria GM nº 1.707 - de 18 de agosto de 2008 - pela qual o Ministério da Saúde formalizou diretrizes técnicas e éticas para a atenção ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde e à regulamentação do Processo Transexualizador – formalizada pela Portaria da Secretaria de Atenção à Saúde nº 457, de 19 de agosto de 2008. De acordo com a autora, a participação de outros saberes trouxe importantes contribuições ao debate, no entanto, ao analisar a Portaria e sua ênfase, ainda que diluída, no diagnóstico e na cirurgia, a autora conclui que “nesse jogo de saber/poder, o espaço do discurso biomédico fica evidenciado na relação diagnóstico/cirurgia, que pode ser lido como eixo norteador da Portaria” (Teixeira, 2009: 212).

Para além das relações entre atores associados aos saberes científicos, processos intensos de debate e deslocamentos se dão entre os atores do movimento social. A partir de meados da presente década, com o surgimento, em 2005, do Coletivo Nacional de Transexuais (CNT, recentemente renomeado como Aracê – Rede de Articulação Social em Direitos Humanos, Feminismos e Transexualidade), o movimento de transexuais vai operando uma separação gradativa do movimento de travestis e do movimento LGBT e reivindicando uma aproximação com o



movimento feminista. Ao acompanhar os últimos encontros nacionais de travestis e/ou de transexuais e listas de discussão ativistas do movimento de transexuais, Flavia Teixeira (2009) situa esse processo a partir de dois pontos: 1) a reivindicação da posição de *mulheres*, o que não é compartilhado pelo movimento de travestis, e 2) a reivindicação da substituição do termo *transexual* por *mulheres que vivenciam a transexualidade* nas demandas por políticas públicas.

Por outro lado, a mesma autora chama atenção para o fato de que outros atores políticos poderiam ter colaborado na problematização da “eficácia da artificialidade de uma natureza – produzida pela biotecnologia – para conferir autenticidade e assegurar a normatividade dentro do binarismo” (Teixeira, 2009: 222). No que toca às exclusões produzidas durante esse processo, Teixeira destaca:

No entanto, particularmente preocupante é a situação dos homens (transexuais), depois da publicação da Portaria: “A cirurgia de transgenitalização do tipo construção de neofalo e metoidioplastia são experimentais e têm sua viabilização condicionada a protocolos de pesquisa em hospitais universitários, não estando previstos na presente Portaria”.

Antes de essa exclusão ser explicitada no texto, a não inclusão dos homens (transexuais) estava anunciada de várias maneiras na Portaria. Por exemplo, ao definir o tratamento hormonal no conjunto da descrição, está expresso que se trata de administração de hormônios para as mulheres (transexuais).

[...] A parte suprimida do texto nega aos homens (transexuais) o acesso legitimado aos procedimentos médicos que, numa situação cotidiana, nem mesmo requerem a intervenção de psiquiatras ou psicólogos para as suas indicações [refere-se a histerectomias e mastectomias, amplamente realizados no Brasil via SUS].

[...] Não identifiquei na lista de discussão do Coletivo Nacional de Transexuais nenhuma disposição das mulheres (transexuais) em questionar a Portaria; e, durante o XV Entlaids, quando essa questão foi apresentada à mesa de debates por um homem (transexual), foi recebida num tom “ofensivo” pela integrante do Coletivo Nacional de Transexuais. (Teixeira, 2009: 220-1; 222)

O caráter de exclusão e a fragilidade dos *homens transexuais* como sujeitos políticos nesse processo encontram contrapontos nas pesquisas que tenho realizado nos últimos anos com mulheres que mantêm relações erótico-afetivas com mulheres (Facchini, 2008; Barbosa e Facchini, 2009) e em pesquisas realizadas por ocasião das Paradas do Orgulho LGBT (Carrara et al, 2006).

Gênero e (homo)sexualidade entre pessoas assignadas como do sexo feminino

Em minha pesquisa com “mulheres que se relacionam erótico-afetivamente com mulheres” em São Paulo, muito cedo percebi que havia uma relação muito intensa entre gênero e sexualidade: as mulheres classificavam a si mesmas e às outras a partir de um minucioso gradiente de masculinidade e feminilidade. No entanto, nessas falas, fui percebendo que gênero e sexualidade eram rearticulados de vários modos e que se interseccionavam com outros marcadores sociais de diferença.

Como sugerem Peter Fry (1982) e Néstor Perlongher (1987), a sexualidade se tornava linguagem para expressar outras diferenciações sociais, mas era um minucioso gradiente de



categorias relativas a gênero que tomava o lugar de veículo para inscrever tais diferenças no discurso sobre sexualidade. Assim, uma mulher mais velha, mais masculina e que tenha menos informações para compor um estilo aceitável entre jovens de classe média, podia ser classificada como *sapata old fashion*; *entendida* era uma categoria freqüentemente acionada por mulheres com mais de 35 anos, mais pobres e de pele “mais escura” que moravam em *bairros* da “periferia” ou que freqüentavam um conjunto de bares populares na região central; já uma jovem de classe média antenada nas tendências internacionais do cenário do rock feminino ou feminista era uma *dyke* e outra garota de mesma classe e idade, embora mais antenada aos circuitos relacionados à música eletrônica, poderia ser uma *sapa* ou *moderna*.

Na análise das classificações, também pude notar diversas recombinações de gênero e sexualidade: 1) descolamento entre atributos e/ou performances de gênero e “comportamento sexual esperado” – ser *masculina/feminina* não correspondia necessariamente a ser *ativa/passiva* (na maioria das entrevistas, exceto mais velhas de estratos populares); 2) dissociação entre preferência por parceiras do mesmo sexo e performances de gênero – ser *entendida*, *dyke*, *sapa*, *lésbica* ou *mulher que gosta de outras mulheres* e ser *masculina* ou *feminina* (na maioria das entrevistadas, exceto mais velhas de estratos populares); 3) descontinuidade entre sexo assignado ao nascer e performance de gênero somada à busca de desvinculação do estigma associado a masculinizadas – sendo *entendidas*, *masculinas* e *ativas*, procuram negar associações entre masculinidade, violência, grosseria e desleixo (especialmente entre as mais jovens de estratos populares, com expressão diferenciada entre as mais velhas); e, 4) valorização da diferença e da hierarquia no campo estrito do erótico com separação entre erótico e cotidiano (maior presença entre estratos médios e algumas jovens de estratos médios-baixos).

Desde cedo na pesquisa ficou evidente a forte rejeição às chamadas *masculinizadas* e, em especial, às que conjugavam *masculinização* e comportamento sexual exclusivamente *ativo*. No entanto, havia também várias/os colaboradoras/es que se reconheciam a partir de categorias que remetessem à *masculinidade*. Isso se dava em meio a convenções que associam “homossexualidade feminina” e “masculinização” e que apareciam recorrentemente como um elemento problemático do processo de construção subjetiva de muitas entrevistadas.

Na “periferia” da cidade, encontrei várias maneiras de conjugar gênero e sexualidade por meio do uso de categorias que remetiam a atributos ou expressão de gênero, como classificar-se como *entendida* e referir-se paralelamente ao *jeito* ou *estereótipo*. Entre as mais jovens, entretanto, ganhavam lugar categorias como *ladyinha* e *bofinho*, que remetiam ao mesmo tempo a gênero e a



sexualidade, embora houvesse clara rejeição a hierarquias de gênero na relação dos casais e relativização da associação entre masculina-ativa e feminina-passiva. Uma disjunção mais radical, que fizesse com que categorias relacionadas a gênero aparecessem com intensidade igual ou maior que categorias relacionadas à sexualidade, foi encontrada em poucos casos. Entre esses casos estão Betão, Souza e Paulo.

Betão viveu boa parte da sua vida como *sapatão* no interior do estado e que teve que se situar entre duas possibilidades colocadas: ser *sapata da perifa* ou procurar um lugar em que sua *masculinidade* fosse valorizada. Tornou-se, então um dos primeiros ativistas brasileiros a defender os direitos de *homens trans*. Souza nasceu num bairro extremo da periferia paulistana e aprendeu a se chamar de *entendida*, embora não se identifique com os lugares e códigos vigentes entre as que poderiam ser consideradas suas pares, não use seu prenome, mas o sobrenome para se identificar e entenda que não é o fato de gostar de mulher, mas seu *jeito* que lhe traz dificuldades. Paulo se considera *homem* e migrou de Maceió a São Paulo em busca de apoio médico para a transformação de seu corpo, se *hormonizou* por vias informais, se identificava como *hermafrodita* em ocasiões em que não podia afirmar-se como *homem* e custeou uma mastectomia e sessões de musculação.

Esta breve comparação de alguns dos casos com que tive contato em campo permite entrever que, embora expressões e/ou identidades de gênero “masculinas” sejam compartilhadas por pessoas assignadas ao nascer como do sexo feminino, não se trata de um “grupo populacional” que compartilhe identidades ou espaços. Ao contrário, trata-se de sujeitos dispersos que podem constituir diferentes redes e que, além disso, podem se identificar de diferentes maneiras de acordo com o contexto de fala e o período ou o âmbito da sua vida a que se refiram.

Comparando: gênero e sexualidade entre pessoas assignadas como do sexo masculino

No âmbito da pesquisa ou da formulação de políticas públicas, essa não é uma dificuldade relacionada apenas às *masculinas* ou *homens trans*. Vários pesquisadores que vêm trabalhando com categorias como *travestis*, *transexuais* e *crossdressers* utilizadas por sujeitos assignados ao nascer como do sexo masculino compartilham uma certa dificuldade de estabelecer categorias que possam remeter à diversidade de vivências e de classificações encontradas em campo³. Uma hipótese acerca

3 Como exemplos, pode-se citar tentativas como a de Marcos Benedetti (2005), que fala num “universo trans”; ou a de Wiliam Siqueira Peres (2004) e a de Larissa Pelúcio (2009), que trabalharam com a noção de “travestilidade”; ou ainda a de Anna Paula Vencato (2009), que procura abordar associados/as a um clube para crossdressers que acionam diferentes categorias de classificação a partir da referência a práticas como montagem ou vestir-se de mulher ou, ainda, a de Bruno Cesar Barbosa (2010) que, frente a um campo discursivo em disputa, no qual circulam categorias como



dessa variação classificatória está relacionada ao fato de que categorias, sejam vindas do discurso científico ou das formulações ativistas, em torno do que se convencionou chamar de “universo trans”, “transexualidade” ou “travestilidade” são bastante recentes e há uma grande ambigüidade classificatória não só entre tais discursos, mas entre a “população” que poderia ser referida a partir dessas categorias.

Um exemplo de tal ambigüidade pode ser encontrado em pesquisas quantitativas como a realizada na Parada LGBT de São Paulo em 2005 (Carrara et al, 2006). Ao se cruzar as categorias de “sexualidade agregada” e as de “sexualidade auto-atribuída” nessa pesquisa, notou-se que enquanto entre “homens homossexuais” predominaram as classificações *gay* e *homossexual* e entre “mulheres homossexuais” havia maior dispersão de categorias, essa dispersão se intensificava entre “pessoas trans”, entre as quais predominavam as categorias *travesti* e *transexual*, mas havia outras como *entendido*, *homossexual*, *homem*, *mulher*, *gay* e *lésbica*.

Além disso, entre 80 “pessoas trans” entrevistadas nessa ocasião, apenas uma declarou ter sido assignada como do sexo feminino ao nascer. Isso indica que se a dispersão de categorias já é uma questão para os que estudam pessoas assignadas como do sexo masculino ao nascer, isso se intensifica quando se trata de *masculinas* e de *homens trans*, visto que não há concentração identitária sob categorias associadas a *identidade de gênero*.

Pesquisas recentes sobre homossexualidade entre pessoas assignadas como do sexo masculino no nascimento (França, 2010; Braz, 2010) indicam que, assim como entre as assignadas como do sexo feminino, marcadores sociais de gênero e sexualidade aparecem bastante imbricados e que os colaboradores se movem em meio a convenções que associam “homossexualidade masculina” e “afeminação”. Distinções entre *machos* e *bichas* também aparecem recorrentemente como elementos problemáticos do processo de construção subjetiva de muitos entrevistados dessas pesquisas.

Camilo Albuquerque de Braz (2010) ressalta a valorização de “masculinos” e uma dissociação entre sexualidade, atributos de gênero e atividade e passividade em clubes voltados para a prática de sexo em São Paulo: todos são *homossexuais* ou *gays* e devem ser *machos*, independente de se engajarem como *ativos* ou *passivos* nas práticas eróticas. Na pesquisa de Isadora Lins França (2010) em três diferentes lugares de sociabilidade e lazer para homossexuais também indica mudanças nas convenções acerca da “homossexualidade masculina” que dissocia gênero e sexualidade, desvalorizando *afeminados* ou *bichas* e empurrando-os para *lugares hetero*:

travesti, transexual, crossdresser, transformista e intersexo, propõe uma etnografia dos usos das categorias de classificação e adota a noção de “construção do feminino em corpos assignados como masculinos no nascimento”.



São marcantes a visibilidade e o valor positivo atribuído a *gays* mais *masculinos*, tanto no âmbito do mercado como do movimento social – como evidenciam as críticas de ativistas às *bichas* que aparecem em novelas ou programas de humor da TV, classificadas como *caricatas* e *estereotipadas*, em contraste com a aprovação declarada de personagens que encarnam *gays*, discretos, musculosos e masculinos. Isso não quer dizer necessariamente, que às *bichas que bicham* não terão mais lugar no mercado afetivo/erótico: a fala de Tuca ressalta o poder de atração que as *bichas* podem exercer em *lugares hetero*.

Em *ambientes gays*, entretanto, as *bichas* parecem cada vez menos valorizadas, a não ser em lugares frequentados pelos profissionais da moda, que prezam pela *androgínia* e percorrem itinerários específicos no interior desse mercado. Em outras situações, também pude observar a valorização das *bichas* no interior do mercado segmentado, especialmente em contextos mais populares que têm em comum com os lugares frequentados pelos profissionais da moda o apreço pela prática de *se montar*, à qual jovens rapazes se dedicam com esmero. De modo geral, porém, poucos parecem dispostos a ocupar esse lugar. Como já observamos, a rejeição à *bicha* parece combinar o desvio do preconceito, o reforço de um modelo em que gênero e sexualidade aparecem dissociados e, adiciono, a rejeição a um sistema de classificação associado às classes populares e menos “esclarecidas”. (França, 2010: 226-7)

Para além disso, no entanto, na autoclassificação dos colaboradores de ambas as pesquisas (França, 2010; Braz, 2010) predominam, em todas as classes e idades, categorias que remetem à sexualidade, como *homossexual* e *gay*, e há menos dispersão de categorias êmicas que imbricam gênero e sexualidade do que aparece em minha pesquisa com pessoas assignadas ao nascer como do sexo feminino. Note-se, ainda, uma presença mais forte, entre os assignados como do sexo masculino no nascimento de categorias, que remetem apenas à expressão ou *identidade de gênero*, como é o caso de *travesti*, *transsexual* e *crossdresser*. Na pesquisa de Bruno Cesar Barbosa (2010) sobre o uso de categorias classificatórias entre “pessoas assignadas como do sexo masculino ao nascer que construíram o feminino em seus corpos”, embora algumas pessoas em alguns momentos se classifiquem como *homossexuais*, a referência à associação entre “homossexualidade masculina” e “afeminação” aparece em categorias de acusação como *bichinha* ou *viadinho*, utilizadas para desqualificar alguém que se apresenta como *travesti* ou *transsexual*.

Uma interpretação plausível desses dados poderia indicar que, embora gênero e sexualidade apareçam imbricados, há uma diferença no modo como as convenções se apresentam entre pessoas assignadas como do sexo masculino ou do sexo feminino no nascimento: pode-se dizer que um avanço maior de convenções que procuram dissociar gênero e sexualidade parece presente entre pessoas assignadas como do sexo masculino ao nascer.

Para seguir pensando

Para finalizar, gostaria de retomar a questão dos embates entre sistemas de classificação e convenções sociais em torno de gênero e sexualidade para refletir sobre o lugar social ocupado atualmente por pessoas assignadas como do sexo feminino ao nascer e que têm expressões e/ou identidades de gênero “masculinas”. Encontramos entre *entendidas* e *bofinhos* uma distinção



geracional que poderia ser tomada como indicativo de um processo de mudança social em curso. Tal processo remeteria tanto à desvinculação entre atributos/performances de gênero e comportamento *ativo* ou *passivo* quanto à valorização da diferença e da hierarquia e sua circunscrição ao campo do erótico, observadas entre as mais jovens. Essa hipótese analítica ganha maior consistência se pensarmos na força das convenções sociais que estigmatizam *masculinizadas* e/ou *ativas* e no avanço de concepções igualitárias. Por outro lado, há agenciamentos que, ao buscar valorizar a *masculinidade* precisam desvinculá-la da sexualidade, colocando a *identidade de gênero* em evidência, como nos casos de Paulo e Betão.

Tudo isso parece sinalizar que a baixa adesão à distinção entre *orientação sexual* e *identidade de gênero* entre pessoas assignadas como do sexo feminino ao nascer e a pequena capacidade de vocalização do movimento social de *homens trans* poderiam ser pensadas a partir da maneira como os modos de classificar as pessoas em termos de gênero e sexualidade se constituem de maneira diferente entre pessoas assignadas como do sexo masculino ou feminino ao nascer.

De um lado, temos a atual concentração classificatória de homens que têm práticas eróticas com outros homens em torno das categorias *gay* e *homossexual* e a estigmatização de *afeminados* no *meio*, acompanhada pela separação entre *orientação sexual* e *identidade de gênero*. De outro, temos muito mais categorias em torno da classificação da homossexualidade feminina, sendo que a maior parte faz alusão a atributos ou performances de gênero, e uma adesão bastante incipiente, ainda muito restrita ao círculo do movimento social e a pessoas que tomaram contato com discursos médicos ou psiquiátricos, a categorias como *transexual* ou *homem trans*.

Bibliografia citada

BARBOSA, Bruno C. *Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual*. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BARBOSA, Regina M.; FACCHINI, Regina. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. *Cad. Saúde Pública*. 2009, vol.25, suppl.2, pp. s291-s300.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. *À Meia-Luz - uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BENEDETTI, Marcos. *Toda feita: corpo e gênero das travestis*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.



CARRARA, Sérgio; RAMOS, Sílvia; SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. *Política, direitos, violência e homossexualidade*. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT – São Paulo 2005. Rio de Janeiro: CEPESC, 2006.

FACCHINI, Regina. *Sopa de Letrinhas?* – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRANÇA, Isadora L. *Consumindo lugares, consumindo nos lugares: homossexualidade, consumo e produção de subjetividades na cidade de São Paulo*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FRY, Peter. Da hierarquia à igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: _____. *Para Inglês Ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, pp. 87-115, 1982.

LIONCO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. *Physis*. 2009, vol.19, n.1, pp. 43-63.

NUCCI, Marina F.; RUSSO, Jane A. O terceiro sexo revisitado: a homossexualidade no Archives of Sexual Behavior. *Physis*. 2009, vol.19, n.1, pp. 127-147.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo - uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. 1. ed. São Paulo, SP: Editora Annablume, 2009.

PERES, Wiliam S. *Subjetividade das travestis brasileiras: da vulnerabilidade e da estigmatização à construção da cidadania*. 2005. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do michê: a prostituição viril*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TEIXEIRA, Flavia do B. *Vidas que desafiam corpos e sonhos: uma etnografia sobre o construir-se outro no gênero e na sexualidade*. 2009. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

VENCATO, Anna Paula. Negociando desejos e fantasias: corpo, gênero, sexualidade e subjetividade em homens que praticam crossdressing. In: DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; FÍGARI, C. E. *Prazeres Dissidentes*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 93-118, 2009.

ZAMBRANO, Elisabeth. *Trocando os documentos: um estudo antropológico sobre a cirurgia de troca de sexo*. 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.